



A Atuação da Educação na Promoção da Vigilância Epidemiológica no Ambiente Escolar

The Role of Education in Promoting Epidemiological Surveillance in the School Environment

Fabiane Noemi Souza dos Santos

Mestre no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva e Controle do Câncer (PPGCAN/INCA). . Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-1950-2753>

Agenisson Santana Santos

Licenciado em música, tecnólogo em segurança pública e MBA em políticas públicas para cidades inteligentes (USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7545132997203700>

Adroal Mendes de Sousa Júnior

Possui graduação em Licenciatura Plena em Matemática, com docência em Física (Know How). Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia. ID LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2346650514022147>.

Joyce Kelly de Jesus Santos

Mestranda em Educação, neuropsicopedagoga e professora de matemática e física. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9793036846395389>

Ângela Gomes Roque

Bacharel em Enfermagem, MBA em Gestão Empresarial e MBA em Gestão Empresarial. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0045-1829>

Daiana Meneguelli Leal

Mestre em saúde coletiva e controle do câncer (PPGCan/INCA). <https://orcid.org/0009-0002-0596-8144>

Bernardo Giecht Rodrigues Costa

Mestre em saúde coletiva pela UERJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0613-2664>.

Íris Pilegi Domingues

Mestre no Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (CTECFAR/UFRJ). Orcid : <https://orcid.org/0000-0002-2833-4390>.

Ana Carolina Esteves

Pós-graduada em Vigilância e Legislação Sanitária (UFRJ). Orcid : <https://orcid.org/0009-0002-7178-5485>.

Josimar Macêdo Leal

Mestrando no Ensino em Ciências e Saúde. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3996-9738>.

Rui Nóbrega de Pontes Filho

ID lattes: 8330264082459772

Richers Hatzinakis Siqueira

Mestre em Economia pela UnB, pós-graduando em Gestão de Segurança Pública, graduado em Sistemas de Informação pela Faculdade Interamericana de Porto Velho e graduado em Processamento de Dados pela Faculdade de Ciências e de Tecnologia de Rondônia. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9500461352821541>

Resumo: A promoção da saúde no ambiente escolar e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica inserem-se em um contexto de desafios crescentes relacionados à prevenção de doenças em espaços coletivos. Escolas e creches, pela intensa convivência, tornam-se locais propícios à disseminação de agravos, exigindo ações educativas integradas e contínuas. Nesse cenário, políticas públicas e a articulação entre saúde e educação são

fundamentais, embora ainda enfrentem limitações quanto à implementação, evidenciando a necessidade de estratégias mais efetivas e contextualizadas. Este estudo tem como objetivo analisar como as práticas educativas no ambiente escolar contribuem para a promoção da saúde e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica, com foco na prevenção de doenças e no controle de surtos em escolas e creches. Para isso, adotou-se como metodologia a revisão de literatura com abordagem qualitativa. Portanto, conclui-se que as práticas educativas são essenciais para a promoção da saúde e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no ambiente escolar, desde que estejam inseridas em uma abordagem integrada, intersectorial e contínua. Para avançar nesse campo, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos profissionais, no fortalecimento das políticas públicas, na melhoria das condições estruturais das escolas e na ampliação da participação social.

Palavras-chave: promoção da saúde; vigilância epidemiológica; ambiente escolar; práticas educativas; prevenção de doenças.

Abstract: Health promotion in the school environment and the strengthening of Epidemiological Surveillance are situated within a context of increasing challenges related to disease prevention in collective settings. Schools and daycare centers, due to their high levels of interpersonal interaction, become environments conducive to the spread of illnesses, requiring integrated and continuous educational interventions. In this context, public policies and the coordination between the health and education sectors are essential, although they still face limitations in implementation, highlighting the need for more effective and context-specific strategies. This study aims to analyze how educational practices in the school environment contribute to health promotion and the strengthening of Epidemiological Surveillance, with a focus on disease prevention and outbreak control in schools and daycare centers. To achieve this objective, a qualitative literature review was adopted as the research methodology. The study concludes that educational practices are essential for promoting health and strengthening Epidemiological Surveillance in school settings, provided they are implemented through an integrated, intersectoral, and continuous approach. Advancing this field requires investment in the continuing education of professionals, the strengthening of public policies, improvements in school infrastructure, and greater social participation.

Keywords: health promotion; epidemiological surveillance; school environment; educational practices; disease prevention.

INTRODUÇÃO

A promoção da saúde no ambiente escolar e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica configuram-se como desafios para a saúde pública contemporânea, especialmente diante da recorrência de surtos de doenças transmissíveis em escolas e creches. Esses espaços, caracterizados pela intensa convivência coletiva, favorecem a disseminação de agravos à saúde, evidenciando a necessidade de estratégias educativas eficazes, capazes de promover comportamentos preventivos e contribuir para a identificação precoce de riscos. No entanto, conforme evidenciado por Horta *et al.* (2017), persistem desigualdades estruturais e fragilidades nas práticas educativas e nas ações de promoção da saúde, o que compromete a efetividade das intervenções no contexto escolar.

Nesse cenário, o problema de pesquisa que orienta este estudo consiste em compreender em que medida as práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar são capazes de contribuir para a promoção da saúde e para o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica, especialmente no que se refere à prevenção de doenças e ao controle de surtos em escolas e creches. Tal problemática se justifica pela constatação de que, embora existam políticas públicas e programas institucionais voltados à saúde escolar, como o Programa Saúde na Escola (PSE), sua implementação ainda ocorre de forma desigual, fragmentada e, muitas vezes, desvinculada das necessidades reais das comunidades escolares.

A hipótese que norteia esta investigação parte do pressuposto de que práticas educativas contínuas, integradas e intersetoriais contribuem para a promoção da saúde e para o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no ambiente escolar. Pressupõe-se, ainda, que escolas que investem em formação continuada de professores, na atuação conjunta com profissionais da saúde e na implementação de ações educativas sistematizadas apresentam maior capacidade de prevenir doenças, identificar precocemente surtos e adotar medidas de controle mais eficazes.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar como as práticas educativas no ambiente escolar contribuem para a promoção da saúde e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica, com foco na prevenção de doenças e no controle de surtos em escolas e creches.

DESENVOLVIMENTO

Promoção da Saúde no Ambiente Escolar

De acordo com Horta *et al.* (2017), a análise das práticas educativas no ambiente escolar demonstra que a promoção da saúde e o fortalecimento da vigilância epidemiológica estão condicionados tanto às características socioeconômicas dos estudantes quanto às condições estruturais e processuais das escolas. A partir dos dados apresentados pelos autores, observa-se que a maioria dos escolares pertence a contextos familiares com baixa escolaridade parental, o que pode impactar o acesso à informação em saúde e a adoção de comportamentos preventivos. Nesse sentido, a escola assume importância como espaço estratégico de educação em saúde, compensando lacunas formativas do ambiente familiar e promovendo conhecimentos essenciais para a prevenção de doenças.

No que se refere às práticas educativas, estas se mostram fundamentais para a construção de uma cultura de prevenção no ambiente escolar. A inserção de temas como higiene pessoal, alimentação saudável, vacinação, prevenção de doenças transmissíveis e uso consciente de substâncias contribui para reduzir vulnerabilidades. Entretanto, os dados do Escore de Promoção de Saúde no Ambiente Escolar (EPSAE) evidenciam fragilidades importantes, especialmente na dimensão de processo, indicando que, embora existam estruturas físicas em

muitas escolas, as ações educativas e políticas de promoção da saúde ainda são insuficientes ou pouco sistematizadas (Horta *et al.*, 2017).

Avigilância em saúde no contexto escolar depende da capacidade de identificar precocemente sinais e sintomas, registrar ocorrências, notificar casos suspeitos e adotar medidas de controle. Nesse aspecto, práticas educativas contínuas, aliadas à capacitação de professores e gestores, são essenciais para que a escola funcione como um ponto de observação e intervenção em situações de surtos, como doenças respiratórias, gastrointestinais ou arboviroses (Faria, 2025).

Além disso, as desigualdades regionais identificadas nos dados da pesquisa de Horta *et al.* (2017) reforçam que a efetividade dessas práticas não é homogênea no país. Regiões com menor acesso a recursos tecnológicos, menor oferta de espaços adequados e maior exposição a fatores de risco tendem a apresentar maior dificuldade na implementação de ações educativas e de vigilância. A ausência de acesso à internet em parte significativa das escolas, por exemplo, limita a disseminação de informações em saúde e dificulta a comunicação rápida com órgãos de vigilância epidemiológica em situações emergenciais.

Além disso, Horta *et al.* (2017) reforçam que a alimentação escolar e a prática de atividades físicas também contribuem. A ampla disponibilidade de alimentos não saudáveis e a limitada oferta de alimentos saudáveis demonstram um ambiente pouco favorável à promoção da saúde, o que pode contribuir para o aumento de doenças crônicas e também impactar a imunidade dos estudantes. Da mesma forma, a insuficiência de atividades físicas orientadas reduz oportunidades de fortalecimento da saúde geral e prevenção de agravos.

Para Couto *et al.* (2016), a análise do desenvolvimento das políticas públicas voltadas à saúde no ambiente escolar evidencia que sua importância ultrapassa a simples institucionalização de programas, constituindo-se como elemento estruturante para a efetividade das ações educativas, preventivas e de vigilância epidemiológica. Nesse sentido, a consolidação de iniciativas como o Programa Saúde na Escola (PSE) representa um avanço significativo ao promover a articulação intersetorial entre saúde e educação, possibilitando a integração de práticas educativas com ações de monitoramento, prevenção e controle de agravos.

Entretanto, os dados anteriormente discutidos, especialmente aqueles relacionados ao Escore de Promoção de Saúde no Ambiente Escolar (EPSAE), demonstram que a existência de políticas públicas não garante, por si só, sua efetiva implementação. Persistem desigualdades estruturais e fragilidades na dimensão processual, o que indica a necessidade de fortalecimento das políticas em termos de financiamento, gestão e continuidade. A predominância de ações pontuais e fragmentadas, muitas vezes centradas em campanhas ou intervenções isoladas, evidencia uma lacuna entre o que é proposto normativamente e o que é efetivamente executado no cotidiano escolar.

Nesse contexto, as políticas públicas são essenciais para a padronização de diretrizes, na definição de responsabilidades e na garantia de equidade no acesso às ações de promoção da saúde. Ao estabelecer mecanismos de monitoramento,

como o uso de sistemas integrados e metas pactuadas entre os entes federativos, o PSE contribui para o fortalecimento da vigilância epidemiológica, permitindo a identificação de padrões de adoecimento e a implementação de respostas mais rápidas e eficazes diante de surtos em escolas e creches (Couto *et al.*, 2016).

Dessa forma, a necessidade de fortalecimento da participação social e do controle democrático na implementação dessas políticas é importante. A baixa presença de Conselhos Escolares ativos, conforme observado, limita a participação da comunidade na tomada de decisões e enfraquece o caráter coletivo das ações de promoção da saúde. Políticas públicas eficazes devem, portanto, estimular o engajamento de estudantes, famílias e profissionais, promovendo corresponsabilidade e ampliando a sustentabilidade das ações (Couto *et al.*, 2016).

Ademais, a integração entre políticas públicas e práticas educativas é essencial para superar a visão reducionista da saúde centrada apenas na prevenção de doenças. É necessário avançar para uma abordagem ampliada, que considere os determinantes sociais da saúde e promova o desenvolvimento de competências críticas nos estudantes. Isso implica investir na formação continuada de professores e profissionais de saúde, bem como na construção de currículos que integrem, de forma transversal, temas relacionados à saúde e à qualidade de vida.

Formação continuada e Integração de Saúde-Educação

É fundamental que os programas de formação continuada sejam orientados por uma visão sistêmica, que considere a colaboração de todos os atores envolvidos no ambiente escolar. Isso inclui gestores, professores, profissionais da saúde, estudantes e famílias, que, de forma integrada, contribuem para a construção de ambientes escolares mais saudáveis e seguros. Nesse contexto, a formação continuada deve abranger os profissionais da saúde que atuam no território, especialmente aqueles vinculados à Atenção Primária, fortalecendo a articulação entre educação e saúde (Do Monte Soares; Goi, 2025).

A qualificação permanente desses profissionais possibilita o desenvolvimento de práticas educativas mais eficazes, contextualizadas e alinhadas às necessidades reais da comunidade escolar. Ao integrar conhecimentos pedagógicos e saberes da saúde coletiva, cria-se um ambiente propício à promoção da saúde, à prevenção de doenças e ao fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no espaço escolar. Essa integração é essencial para a identificação precoce de agravos, monitoramento de fatores de risco e implementação de estratégias oportunas de controle de surtos em escolas e creches (Do Monte Soares; Goi, 2025).

Nesse sentido, a formação continuada contribui para o aprimoramento da capacidade dos profissionais de reconhecer sinais e sintomas de doenças transmissíveis, compreender fluxos de notificação compulsória e atuar de forma articulada com os serviços de saúde. Além disso, favorece o desenvolvimento de ações educativas voltadas à conscientização dos estudantes sobre hábitos saudáveis, higiene, vacinação e prevenção de doenças, fortalecendo o protagonismo dos alunos no cuidado com a própria saúde e com a coletividade.

Ademais, a formação continuada favorece a construção de protocolos e rotinas institucionais voltados à prevenção e ao controle de doenças no ambiente escolar. A capacitação dos profissionais permite a adoção de medidas eficazes diante de situações de risco, como surtos de doenças infectocontagiosas, contribuindo para a redução da disseminação e para a proteção da comunidade escolar. Isso inclui desde a organização de campanhas educativas até a implementação de medidas sanitárias e articulação com órgãos de vigilância em saúde (Do Monte Soares; Goi, 2025).

Entretanto, para que essas ações sejam efetivas, é imprescindível que haja investimento contínuo em políticas públicas que garantam condições adequadas de trabalho, suporte institucional e integração intersetorial. A ausência de continuidade nos programas formativos, a fragmentação das ações e a falta de acompanhamento sistemático ainda representam desafios significativos que comprometem a efetividade dessas iniciativas.

Dessa forma, a formação continuada de professores e profissionais da saúde deve ser compreendida como um eixo estruturante das políticas de promoção da saúde no ambiente escolar. Ao fortalecer competências técnicas, pedagógicas e sociais, contribui para a construção de uma escola mais preparada para enfrentar desafios sanitários, atuar na prevenção de doenças e colaborar ativamente com a Vigilância Epidemiológica, consolidando-se como um espaço estratégico para a promoção da saúde e da qualidade de vida.

Vigilância Epidemiológica

De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS (2019), a vigilância epidemiológica constitui um dos pilares fundamentais da saúde pública, sendo definida como o conjunto de ações contínuas e sistemáticas de coleta, análise, interpretação e disseminação de dados relacionados a eventos de saúde, com o objetivo de subsidiar decisões e intervenções oportunas. Esse processo permite o planejamento, a implementação e a avaliação de políticas e práticas voltadas à proteção da saúde coletiva.

No âmbito operacional, a vigilância pode assumir diferentes abordagens, como a vigilância passiva, baseada na notificação rotineira de casos pelos serviços de saúde; a vigilância ativa, caracterizada pela busca sistemática de casos; e a vigilância integrada, que articula múltiplas fontes e doenças em um sistema unificado. Além disso, destacam-se modalidades como a vigilância sentinela, sindrômica, laboratorial e comunitária, cada uma contribuindo de forma complementar para a construção de um sistema sensível e responsivo (Organização Mundial da Saúde, 2019).

A vigilância baseada em indicadores, fundamentada em dados estruturados e periódicos, permite o acompanhamento de tendências epidemiológicas ao longo do tempo, enquanto a vigilância baseada em ocorrências amplia a capacidade de detecção precoce por meio da identificação de eventos incomuns ou inesperados, muitas vezes captados por fontes informais, como a comunidade e os meios de

comunicação. A articulação entre essas abordagens fortalece os sistemas de alerta precoce e resposta, essenciais para a contenção de riscos à saúde pública (Organização Mundial da Saúde, 2019).

Nesse contexto, a estratégia de Vigilância e Resposta Integrada às Doenças (VRID) emerge como um modelo que busca otimizar recursos, integrar informações e fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de detectar, notificar, investigar e responder a eventos de importância epidemiológica. Tal abordagem reforça a necessidade de coordenação entre diferentes níveis de gestão e setores, promovendo um fluxo contínuo de informações e uma atuação mais eficaz diante de emergências sanitárias (Organização Mundial da Saúde, 2019).

Nesse sentido, a VRID passou a ser essencial na identificação de fatores de risco e na promoção de ações preventivas, ampliando seu escopo para além das enfermidades transmissíveis. A descentralização das ações, com maior protagonismo dos municípios, possibilitou respostas mais rápidas e contextualizadas às realidades locais, fortalecendo a capacidade de enfrentamento de agravos e emergências sanitárias (Albuquerque; Carvalho, 2002).

No contexto dos ambientes educacionais, essa evolução torna-se ainda mais relevante, uma vez que escolas e creches representam espaços de intensa interação social, favorecendo a disseminação de doenças, especialmente entre crianças.

Como já abordado, a atuação integrada entre profissionais da saúde e da educação possibilita a construção de estratégias mais eficazes, como o acompanhamento sistemático de sinais e sintomas, a notificação oportuna de casos suspeitos e a adoção de protocolos sanitários adequados. Além disso, a incorporação de ações educativas no cotidiano escolar fortalece a consciência coletiva sobre a importância da prevenção, estimulando comportamentos seguros e responsáveis.

Dessa forma, a vigilância epidemiológica nos ambientes educacionais não se limita a uma função técnica, mas assume também uma dimensão pedagógica e social, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes e participativos. Essa abordagem integrada favorece não apenas a redução de riscos à saúde, mas também o fortalecimento de uma cultura de cuidado coletivo, essencial para a proteção da comunidade escolar e para a promoção de ambientes mais seguros e saudáveis.

Prevenção e Controle de Surtos em Ambientes Educacionais

Para Pereira *et al.* (2026), a prevenção e o controle de surtos em ambientes educacionais configuram-se como um desafio para a saúde pública, especialmente em escolas e creches, onde há intensa interação social e maior vulnerabilidade a doenças transmissíveis. Nesse contexto, a construção de estratégias eficazes exige uma abordagem integrada, envolvendo professores, profissionais da saúde, gestores públicos e famílias, de modo a garantir respostas rápidas, coordenadas e sustentáveis diante de situações de risco.

As evidências apontam que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações preventivas na formação de hábitos e comportamentos saudáveis. Entretanto, a efetividade dessas ações depende da capacitação dos professores, que frequentemente se deparam com situações de emergência sem o preparo adequado.

Nesse cenário, a atuação dos profissionais da saúde torna-se essencial, especialmente por meio de ações educativas, como palestras, oficinas e atividades interativas que abordem temas como higiene, vacinação, prevenção de doenças infecciosas e identificação de sinais e sintomas. Essas iniciativas contribuem para o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no ambiente escolar, uma vez que ampliam a capacidade de detecção precoce de agravos e promovem a notificação oportuna às autoridades de saúde (Pereira *et al.*, 2026).

Além disso, a integração entre saúde e educação, materializada em programas como o Programa Saúde na Escola (PSE), representa uma estratégia fundamental para o enfrentamento de surtos e a promoção de ambientes seguros. Esses programas favorecem a articulação entre equipes escolares e unidades de saúde, permitindo a implementação de ações coordenadas de prevenção, monitoramento e controle de doenças. Contudo, ainda persistem desafios relacionados à comunicação intersetorial, à disponibilidade de recursos e à continuidade das ações, o que pode comprometer sua efetividade (Pereira *et al.*, 2026).

Investimentos em infraestrutura escolar, formação continuada de profissionais, sistemas de monitoramento e protocolos de resposta a emergências são fundamentais para reduzir riscos e ampliar a capacidade de resposta diante de surtos. Sem esse suporte institucional, as ações tendem a ser pontuais e insuficientes para enfrentar a complexidade dos desafios sanitários no ambiente escolar (Pereira *et al.*, 2026).

A participação da família também se mostra decisiva na prevenção e no controle de surtos. Os hábitos adquiridos no ambiente doméstico, como higiene pessoal, alimentação e cuidados com a saúde, influenciam o comportamento das crianças na escola. Além disso, os pais e responsáveis são essenciais na identificação precoce de sintomas e na adesão às orientações de saúde, como manter a criança em casa em caso de doença, evitando a propagação de agentes infecciosos (Pereira *et al.*, 2026).

Os estudos analisados reforçam ainda que a percepção das próprias crianças sobre os riscos e estratégias de prevenção deve ser considerada na elaboração de políticas e práticas educativas. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos ativos nesse processo, amplia-se a efetividade das ações, tornando-as mais próximas da realidade vivenciada no cotidiano escolar.

Dessa forma, a prevenção e o controle de surtos em ambientes educacionais demandam uma abordagem multidimensional, que articule educação, saúde, políticas públicas e participação social. A construção de uma cultura de prevenção passa, necessariamente, pela formação contínua dos profissionais, pelo fortalecimento da Vigilância Epidemiológica e pelo engajamento de toda a comunidade escolar.

Somente por meio dessa ação coletiva será possível garantir ambientes mais seguros, reduzir a ocorrência de surtos e promover o desenvolvimento saudável das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que a escola se configura como um espaço estratégico para a disseminação de conhecimentos em saúde, sobretudo em contextos marcados por vulnerabilidades socioeconômicas, nos quais o acesso à informação é limitado. Nesse cenário, práticas educativas contínuas e contextualizadas favorecem a construção de uma cultura de prevenção, promovendo mudanças de comportamento e ampliando a capacidade dos estudantes de atuar como sujeitos ativos no cuidado com a própria saúde e com a coletividade.

Ademais, constatou-se que o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no ambiente escolar depende diretamente da integração entre educação e saúde, bem como da capacitação contínua dos profissionais envolvidos. Professores e profissionais da saúde, quando devidamente qualificados, tornam-se agentes essenciais na identificação precoce de sinais e sintomas, na notificação de casos suspeitos e na implementação de medidas de controle, contribuindo para respostas mais rápidas e eficazes diante de surtos.

Entretanto, também se confirmou a hipótese de que, embora existam políticas públicas relevantes, como o Programa Saúde na Escola (PSE), sua implementação ainda ocorre de forma desigual, fragmentada e, por vezes, desconectada das realidades locais. Fragilidades estruturais, limitações de recursos, ausência de continuidade nas ações e dificuldades de articulação intersetorial comprometem o alcance e a efetividade dessas iniciativas, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas em termos de gestão, financiamento e monitoramento.

Outro aspecto relevante refere-se à importância da participação da comunidade escolar, incluindo famílias e estudantes, na construção de estratégias de promoção da saúde. O envolvimento desses atores amplia a efetividade das ações, fortalece a corresponsabilidade e contribui para a consolidação de uma cultura de cuidado coletivo, essencial para a prevenção e o controle de agravos.

Portanto, conclui-se que as práticas educativas são essenciais para a promoção da saúde e o fortalecimento da Vigilância Epidemiológica no ambiente escolar, desde que estejam inseridas em uma abordagem integrada, intersetorial e contínua. Para avançar nesse campo, torna-se imprescindível investir na formação continuada dos profissionais, no fortalecimento das políticas públicas, na melhoria das condições estruturais das escolas e na ampliação da participação social, garantindo, assim, ambientes educacionais mais seguros, saudáveis e preparados para enfrentar os desafios sanitários contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Ilk Nunes de; CARVALHO, Eduardo M.; LIMA, Luci Praciano. Vigilância epidemiológica: conceitos e institucionalização. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 2, p. 7-14, 2002.

COUTO, Analie Nunes *et al.* **O ambiente escolar e as ações de promoção da saúde**. Cinergis, v. 17, 2016.

DO MONTE SOARES, Maria da Conceição; GOI, Mara Elisângela Jappe; NICOLETTI, Elenize Rangel. **Educação em saúde no contexto escolar: desafios e caminhos para a formação docente**. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 12, p. e21103-e21103, 2025.

FARIA, Caroline Matos. Monitoramento Escolar: A Importância de uma Ferramenta Notificadora para a Detecção Precoce de Doenças Infecciosas. **Revista Cereus**, v. 17, n. 3, p. 99-110, 2025.

HORTA, Rogério Lessa *et al.* Promoção da saúde no ambiente escolar no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 27, 2017.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. Brochura um: Seção Introdutória. Escritório **Regional da OMS para a África e UNICEF**, 2019

PEREIRA, Sara Marvila *et al.* **Segurança escolar em situações de emergência: estratégias e desafios na proteção dos alunos**. Observatorio de la Economía Latinoamericana, v. 24, n. 1, p. e12843-e12843, 2026.